



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 67/XII/ 1.ª SL

Aos 18 dias do mês de Julho de 2012, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

PARTE I

1. Apreciação e votação das Atas n.ºs 65/XII e 66/XII, referente à reunião de 10 de julho e à reunião de 13 de julho, respetivamente
2. Informações;
3. Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 393/XII (PS) - Orientações sobre política europeia a serem seguidas por Portugal, designadamente na próxima reunião do Conselho Europeu.
4. Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 394/XII (PSD e CDS-PP) - Orientações de Política Europeia.
5. Apreciação e votação do Plano de Atividades da Comissão de Assuntos Europeus para a 2.ª Sessão Legislativa e respetiva proposta de Orçamento;
6. Apreciação do Relatório preliminar de Atividades da Comissão de Assuntos Europeus relativo à 1.ª Sessão Legislativa;
7. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias
 - a) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à identificação eletrónica e aos serviços de confiança para as transações eletrónicas no mercado interno [COM(2012)238] *objeto de relatórios da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e da Comissão de Economia e Obras Públicas*
Deputada Autora de Parecer: Ana Catarina Mendes (PS)

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 67/XII/ 1.ª SL

b) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Relatório anual sobre os progressos realizados pelas Empresas Comuns de Iniciativas Tecnológicas Conjuntas em 2010 [COM(2012)190] *objeto de relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas*

Deputada Autora de Parecer: Maria Helena André (PS)

c) Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à adoção do Programa Complementar de Investigação para o Projeto ITER (2014-2018) [COM(2011)931] *objeto de relatórios da Comissão de Educação, Ciência e Cultura*

Deputada Autora de Parecer: Maria Ester Vargas (PSD)

8. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

a) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Relatório de 2011 sobre a aplicação da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia [COM(2012)169] *objeto de relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias;*

b) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO - Princípios comuns aos mecanismos de correção orçamental nacionais [COM(2012)342] *objeto de relatório da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública;*

c) Proposta de DECISÃO DO CONSELHO respeitante à celebração de um Acordo entre a União Europeia e a Confederação Suíça relativo à cooperação no âmbito da aplicação dos respetivos direitos da concorrência [COM(2012)245] *objeto de relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas*

d) Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que altera a Decisão 2000/125/CE do Conselho, de 31 de janeiro de 2000, relativa à celebração do Acordo relativo ao estabelecimento de regulamentos técnicos globais aplicáveis aos veículos de rodas, aos equipamentos e às peças suscetíveis de serem montados ou utilizados em veículos de rodas («acordo paralelo») [COM(2012)201] *objeto de relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas;*



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 67/XII/ 1.ª SL

9. Outros assuntos.

PARTE II

14h00 Audição do Deputado ao Parlamento Europeu, Rui Tavares, designadamente sobre a situação dos direitos fundamentais na Hungria, os fluxos migratórios na União Europeia, a proteção de dados, no quadro das competências da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos (LIBE) do Parlamento Europeu, e sobre a atividade da Comissão Especial do Parlamento Europeu sobre Criminalidade Organizada, Corrupção e Branqueamento de Capitais, em conjunto com a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

PARTE I

1. Apreciação e votação das Atas n.ºs 65/XII e 66/XII, referentes à reunião de 10 de julho e à reunião de 13 de julho respetivamente.

As duas atas foram aprovadas por unanimidade registando-se a ausência do PCP e do BE.

2. Informações

O Sr. Presidente, Deputado Paulo Mota Pinto, informou que o Secretariado da COSAC enviou o questionário de preparação do 18º. Relatório Bianual da COSAC, cuja resposta se encontra a ser preparada pelos serviços de apoio à Comissão. Considerando que o prazo limite para envio da resposta ao Secretariado é no dia 27 de agosto, a proposta de resposta será distribuída e apreciada na próxima reunião.

Quanto à participação na Conferência interparlamentar para a política externa e de segurança comum e a política comum de segurança e defesa (PESC-PCSD) informou



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 67/XII/ 1.ª SL

que reuniu com os Presidentes da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas e da Comissão de Defesa Nacional e ambos entendem que a representação deve ser constituída exclusivamente por representantes destas Comissões. Discordou deste entendimento porque considera que se deve respeitar a Resolução da Assembleia da República, aprovada em 2001. De acordo com a Resolução, a Conferência deve ser composta por deputados das comissões de negócios estrangeiros, de defesa e de assuntos europeus dos Parlamentos nacionais e as delegações devem ser constituídas, por analogia com a estrutura da COSAC.

Em face da posição expressa pelos Presidentes das Comissões mencionadas, questionou os membros da Comissão sobre o entendimento que tinham quanto à participação nesta Conferência.

O Sr. Deputado António Rodrigues (PSD) informou que esta questão foi debatida na reunião da 2ª Comissão, que reiterou a posição anterior e que foi expressa pelo Presidente. Discordou no entanto deste entendimento e defendeu o cumprimento da resolução quanto à composição da delegação. Considerou que é preciso encontrar no âmbito das três comissões a representação partidária tal como é feito para a participação na COSAC.

O Sr. Deputado Alberto Costa (PS) concordou com a posição já expressa e também defendida pelo Sr. Presidente. Considerou que a União Europeia tem evoluído no sentido de dar visibilidade à defesa nacional e aos negócios estrangeiros, e de lhes conferir uma visão integrada europeia, pelo que considera que se trata de matéria de assuntos europeus, devendo a delegação à Conferência incluir representantes desta Comissão.

O Sr. Presidente vai transmitir a posição e insistir na composição da delegação tripartida e no respeito pelo fixado na Resolução. Caso não haja acordo, o assunto irá à Conferência de Líderes.

O Sr. Presidente informou ainda que no dia 27 de julho, o Sr. Ministro francês dos Assuntos Europeus virá a Portugal e manifestou disponibilidade para reunir com uma delegação representativa da Comissão. O Sr. Presidente informou que estaria



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 67/XII/ 1.ª SL

disponível e que era necessário assegurar a presença dos elementos da Mesa e Coordenadores.

O Sr. Deputado António Rodrigues (PSD) informou que estava disponível e estaria presente na reunião. A Sr.ª Deputada Maria Helena André (PS) interveio no mesmo sentido.

3. Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 393/XII (PS) - Orientações sobre política europeia a serem seguidas por Portugal, designadamente na próxima reunião do Conselho Europeu.

O Sr. Presidente enunciou de forma sucinta as sugestões de alteração apresentadas pela DAPLEN e referiu ainda a proposta de ponderação quanto à fusão dos textos destas duas resoluções em sede de redação final, na sequência do entendimento expresso pela Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares, de 21 de outubro de 2010, sobre a aprovação de resoluções sobre matérias idênticas.

Pronunciaram-se sobre esta questão os Srs. Deputados Nuno Magalhães (CDS-PP), a Sr.ª Deputada Maria Helena André (PS) e o Sr. Deputado António Rodrigues (PSD) considerando que a redação final não era a sede própria para proceder à fusão destas resoluções, até porque os textos foram votados separadamente e representam entendimentos divergentes que se manifestaram aquando da sua preparação e debate.

Procedeu-se, em seguida, à fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 393/XII - *Orientações sobre política europeia a serem seguidas por Portugal, designadamente na próxima reunião do Conselho Europeu*, por analogia com o disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, sem votos contra, registando-se a ausência do PCP e do BE, tendo sido aceites, por unanimidade dos presentes, todas as sugestões de redação constantes da Informação n.º 91/DAPLEN/2012, no sentido de se aperfeiçoar o estilo do texto em causa.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 67/XII/ 1.ª SL

4. Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 394/XII (PSD e CDS-PP) - Orientações de Política Europeia.

O Sr. Presidente apresentou sucintamente as sugestões de redação final tendo-se procedido, em seguida, à fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 394/XII - *Orientações de Política Europeia*, por analogia com o disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, sem votos contra, registando-se a ausência do PCP e do BE, tendo sido aceites, por unanimidade dos presentes, todas as sugestões de redação constantes da Informação n.º 91/DAPLEN/2012, no sentido de se aperfeiçoar o estilo do texto em causa.

5. Apreciação e votação do Plano de Atividades da Comissão de Assuntos Europeus para a 2.ª Sessão Legislativa e respetiva proposta de Orçamento

O Sr. Presidente apresentou o Plano de Atividades cuja proposta foi preparada pelos serviços e que inclui as obrigações e as atividades da Comissão que decorrem sobretudo da Lei n.º 43/2006, alterada pela Lei n.º 21/2012. Destacou a parte final do Plano em que são elencadas algumas sugestões que já se encontravam consagradas no Plano de Atividades para a presente sessão legislativa e cuja concretização não foi possível.

Mencionou depois as propostas apresentadas pelo PSD, tendo considerado que algumas tinham repercussões financeiras que teriam de ser ponderadas e prevista em sede orçamental.

O Sr. Deputado António Rodrigues (PSD) detalhou algumas das propostas apresentadas e, em particular, quanto ao convite ao Presidente da Comissão Europeia, considerou que poderia não ter custos desde que as duas instituições assegurassem as despesas respetivas.

A Sr.ª Deputada Maria Helena André (PS) considerou que a Comissão tem de ser pragmática e realista quanto ao que é capaz de executar e portanto o que importa



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 67/XII/ 1.ª SL

discutir é o que é possível fazer para além das obrigações estatutárias. Sugeriu que se articulasse a proposta de organização de uma Conferência e as propostas finais, no sentido da realização de reuniões descentralizadas, através da realização de um ciclo de conferências Sobre “O futuro da Europa”, por exemplo, que poderia fazer primeiro em Lisboa e depois noutras zonas do país.

O Sr. Presidente disse que tinha pensado num tema semelhante, “Soluções para a Europa” a realizar no dia 9 de maio do próximo ano.

O Sr. Deputado Nuno Magalhães (CDS-PP) lembrou que há duas legislaturas a CAE defendeu igualmente a ideia de reuniões descentralizadas e embora tenha havido algumas experiências positivas, outras houve que não correram tão bem. Da experiência havida considerou que era importante e fundamental o envolvimento das faculdades e dos estudantes, mas concluiu referindo que antes de avançar com esta proposta dever-se-ia ponderar muito bem a sua concretização.

O Sr. Deputado Duarte Marques (PSD) interveio no mesmo sentido e considerou que é difícil mobilizar pessoas para debates europeus, designadamente sobre o futuro da Europa. Reiterou a ideia de envolver as faculdades e citou a escola em que estudou, o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), que estaria seguramente disponível para organizar, em parceria com a Assembleia da República, um evento.

O Sr. Presidente sintetizou os contributos recebidos e disse que os serviços iriam reformular o Plano de Atividades e incluir as propostas apresentadas pelo PSD, reformulando o ponto 8. Quanto à Conferência promover-se-ia uma no dia 9 de maio que terá como tema “O Futuro da Europa (soluções para a Europa)”. Finalmente, no último ponto do Plano de Atividades, mantém-se os pontos 1 e 2 e no n.º 3 acrescenta-se “*em parceria com as instituições universitárias*”. O Plano reformulado será distribuído e aprovado na próxima reunião.

6. Apreciação do Relatório preliminar de Atividades da Comissão de Assuntos Europeus relativo à 1.ª Sessão Legislativa



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 67/XII/ 1.ª SL

O Sr. Presidente apresentou o Relatório de Atividades da Comissão de Assuntos Europeus, relativo à 1.ª Sessão Legislativa, explicando que se tratava de uma versão preliminar, dado que a Sessão só se concluirá a 15 de setembro, havendo então necessidade de o atualizar e só então se procedendo à sua apreciação e aprovação. Submeteu o Relatório à consideração tendo sido aprovado provisoriamente.

7. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias

a) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à identificação eletrónica e aos serviços de confiança para as transações eletrónicas no mercado interno [COM(2012)238] *objeto de relatórios da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e da Comissão de Economia e Obras Públicas;*

Dado que a Sr.ª Deputada Ana Catarina Mendes (PS) estava ausente em trabalhos parlamentares, a apreciação deste parecer foi adiado para a próxima reunião.

b) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Relatório anual sobre os progressos realizados pelas Empresas Comuns de Iniciativas Tecnológicas Conjuntas em 2010 [COM(2012)190] *objeto de relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas;*

A Sr.ª Deputada Maria Helena André (PS) começou por referir que o Relatório em análise é o segundo documento individual elaborado pela Comissão que apresenta informações ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre os progressos realizados pelas Empresas Comuns de Iniciativas Tecnológicas Conjuntas (EC ITC) desde a sua criação. Foram criadas cinco EC ITC em 2007-2008 por um período de tempo limitado até 31 de dezembro de 2017. Segundo as conclusões da primeira avaliação intercalar, realizada em 2010, as cinco empresas comuns demonstraram que o novo modelo empresarial no domínio da investigação era muito promissor.

Concluiu referindo que constituindo o documento em apreço uma iniciativa não legislativa, não cabe a análise da observância do princípio da subsidiariedade.

O Sr. Presidente submeteu o parecer a votação tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e BE.

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 67/XII/ 1.ª SL

- c) Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à adoção do Programa Complementar de Investigação para o Projeto ITER (2014-2018) [COM(2011)931] *objeto de relatórios da Comissão de Educação, Ciência e Cultura;*

A Sr.ª Deputada Maria Ester Vargas (PSD) referiu que o objetivo da presente proposta de Decisão do Conselho é definir o regime de financiamento aplicável à contribuição da UE para o Projeto ITER no período de 2014 a 2018 através de um «Programa Complementar de Investigação» ao abrigo do Tratado Euratom. O principal objetivo deste Projeto é a construção e o funcionamento de um reator experimental de energia de fusão. Uma característica importante da construção do ITER é o facto de constituir um desafio técnico extremo. Os custos estimados de construção do ITER aumentaram em relação às estimativas iniciais de 2001, nas quais se baseava o Acordo ITER, pelo que o Conselho da União Europeia limitou a contribuição europeia para a fase de construção do ITER a um montante de 6,6 mil milhões de euros em valores de 2008. A contribuição europeia é financiada pela Euratom (80%) e pela França (20%) e inclui os custos de construção, os custos de funcionamento e custos imprevistos.

Concluiu a exposição referindo que não cabe a apreciação do princípio da subsidiariedade na medida em que não se trata de uma proposta de ato legislativo.

O Sr. Presidente submeteu o parecer a votação tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e BE.

8. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

- a) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Relatório de 2011 sobre a aplicação da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia [COM(2012)169] *objeto de relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias;*

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 67/XII/ 1.ª SL

O Grupo Parlamentar do PS indicou como Autor do Parecer, o Sr. Deputado Pedro Silva Pereira (PS).

- b) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO - Princípios comuns aos mecanismos de correção orçamental nacionais [COM(2012)342] *objeto de relatório da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública;*

O Grupo Parlamentar do PSD indicou como Autor do Parecer, o Sr. Deputado Carlos São Martinho (PSD).

- c) Proposta de DECISÃO DO CONSELHO respeitante à celebração de um Acordo entre a União Europeia e a Confederação Suíça relativo à cooperação no âmbito da aplicação dos respetivos direitos da concorrência [COM(2012)245] *objeto de relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas;*

O Grupo Parlamentar do PSD indicou como Autora do Parecer, a Sr.ª Deputada Maria Helena André (PS).

- d) Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que altera a Decisão 2000/125/CE do Conselho, de 31 de janeiro de 2000, relativa à celebração do Acordo relativo ao estabelecimento de regulamentos técnicos globais aplicáveis aos veículos de rodas, aos equipamentos e às peças suscetíveis de serem montados ou utilizados em veículos de rodas («acordo paralelo») [COM(2012)201] *objeto de relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas*

O Grupo Parlamentar do PSD indicou como Autor do Parecer, o Sr. Deputado Bruno Coimbra (PSD).

9. Outros assuntos.

O Sr. Presidente informou que a audição prevista para as 11:00 horas iria passar para as 14:00 horas, caso houvesse concordância dos membros da Comissão, dado que tinha havido um problema com o voo do Sr. Deputado ao Parlamento Europeu que o impossibilitava de estar presente à hora prevista. Informou ainda que já tinha havido anuência da parte da 1ª. Comissão para a alteração da hora da audição.

O Sr. Deputado António Rodrigues (PSD) usou da palavra para considerar que não se tratava apenas de uma questão de disponibilidade, mas de respeito pelas comissões



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 67/XII/ 1.ª SL

parlamentares. Referiu ainda que não lhe parecia correto que o Sr. Deputado ao PE se deslocasse no próprio dia, correndo o risco de acontecer o que aconteceu, pelo que compreendendo a posição e a disponibilidade para reagendar a audição, quis deixar lavrado em ata o protesto.

O Sr. Presidente disse que compreendia o protesto mas dado que havia disponibilidade da 1ª Comissão e o Sr. Deputado ao PE, Rui Tavares, já vinha a caminho, não lhe pareceu adequado dizer que da parte da CAE não havia disponibilidade.

Nada mais havendo a tratar, suspenderam-se os trabalhos até às 14:00 horas.

PARTE II

14h00 Audição do Deputado ao Parlamento Europeu, Rui Tavares, designadamente sobre a situação dos direitos fundamentais na Hungria, os fluxos migratórios na União Europeia, a proteção de dados, no quadro das competências da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos (LIBE) do Parlamento Europeu, e sobre a atividade da Comissão Especial do Parlamento Europeu sobre Criminalidade Organizada, Corrupção e Branqueamento de Capitais, em conjunto com a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

O Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Paulo Mota Pinto, saudou os Srs. Deputados presentes, em especial o Sr. Deputado ao PE, Rui Tavares. Explicitou as razões que levaram ao adiamento da hora da audição tendo, de seguida, dado a palavra ao Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, Deputado Fernando Negrão que cumprimentou o Sr. Deputado ao PE, Rui Tavares e destacou a importância dos temas objeto da audição.

O Sr. Deputado António Rodrigues (PSD) pediu a palavra para referir que já teve oportunidade para deixar registado em ata da CAE o seu protesto pela alteração da hora da audição, porque considera desprestigiante a alteração da hora da sua



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 67/XII/ 1.ª SL

realização e também porque considera que o pouco tempo que há para esta audição em nada contribui para reforçar o diálogo entre a Assembleia da República e o Parlamento Europeu e para prestigiar estes órgãos.

O Sr. Deputado ao PE, Rui Tavares começou por pedir desculpa pelo problema havido e disponibilizou-se para regressar à Assembleia da República noutra ocasião e eventualmente acompanhado por outros colegas do Parlamento Europeu. Agradeceu aos serviços da Assembleia, e em especial ao elemento de ligação entre o PE e a AR, pela eficiência com que lidaram com esta questão. Iniciou então uma breve exposição sobre o trabalho que tem realizado nas comissões que integra no Parlamento Europeu, a Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos (LIBE) e a Comissão Especial do Parlamento Europeu sobre Criminalidade Organizada, Corrupção e Branqueamento de Capitais. Falou na necessidade de consciencialização dos europeus quanto à União Europeia e dos países do sul quanto à sua situação particular e à necessidade de promoverem posições comuns, designadamente quanto ao crescimento e desenvolvimento.

A concluir, defendeu a possibilidade de criação de universidades a nível europeu.

De seguida usaram da palavra a Sr.ª Deputada Isabel Moreira (PS), o Sr. Deputado Duarte Marques (PSD), a Sr.ª Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP), o Sr. Deputado Sérgio Sousa Pinto (PS) e o Sr. Deputado João Lobo (PSD), tendo o Sr. Deputado ao PE, Rui Tavares, respondido conjuntamente às questões suscitadas. Foram abordadas, entre outras, as seguintes questões:

- Situação na Hungria;
- Mandado de detenção europeu;
- Schengen;
- Crise da soberania na Europa.

A audição foi integralmente gravada em suporte áudio e vídeo e encontra-se acessível na [página internet](#) da Comissão de Assuntos Europeus, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento mais aprofundado nesta sede.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 67/XII/ 1.ª SL

A reunião foi encerrada às 15:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 24 de julho 2012.

O PRESIDENTE

(PAULO MOTA PINTO)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 67/XII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa
António Rodrigues
Carlos São Martinho
Cláudia Monteiro de Aguiar
Duarte Marques
Francisco de Assis
Jacinto Serrão
João Lobo
Maria Ester Vargas
Maria Helena André
Nuno Filipe Matias
Paulo Mota Pinto
Pedro Silva Pereira
Sérgio Azevedo
Vitalino Canas
Lídia Bulcão
Nuno Magalhães
Paulo Pisco

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Costa Neves
João Serpa Oliva
José Manuel Rodrigues

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes
Ana Drago
Honório Novo